

ESCOLA PROFISSIONAL DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL DE
MARCO DE CANAVESES

ESCOLA PROFISSIONAL DE AGRICULTURA
E
DESENVOLVIMENTO RURAL DE MARCO DE CANAVESES



PROJECTO EDUCATIVO DE ESCOLA

Outubro de 2008



**ESCOLA PROFISSIONAL DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL DE
MARCO DE CANAVESES**

ÍNDICE

1. APRESENTAÇÃO DA ESCOLA

2. CONTEXTUALIZAÇÃO DO PROJECTO

2.1. Alguns dados pertinentes sobre o contexto socio-económico regional

- a) Abandono escolar, taxas de sucesso e níveis de escolarização
- b) Actividades económicas

3. PROJECTO EDUCATIVO DE ESCOLA

3.1. Objectivos Gerais

3.2. Estratégias

3.3. Potencialidades e Limitações

3.4. Linhas orientadoras do PEE

3.5. Objectivos específicos, metas e desenho de planos de melhoria

- a) Objectivos específicos
- b) Metas
- c) Desenho de planos de melhoria

4. MECANISMOS DE AUTO-AVALIAÇÃO, REGULAÇÃO E QUALIDADE

4.1. Avaliação interna bienal

4.2. Acompanhamento anual

ESCOLA PROFISSIONAL DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL DE MARCO DE CANAVESES

1. APRESENTAÇÃO DA ESCOLA

A Escola Profissional de Agricultura e Desenvolvimento Rural de Marco de Canaveses (EPAMAC) situa-se na Freguesia de Rosém, Concelho de Marco de Canaveses, e foi criada em 19 de Dezembro de 1989, com o nome de Escola Profissional de Agricultura de Marco de Canaveses, através da realização de um contrato-programa entre o Gabinete de Educação Tecnológica, Artística e Profissional (GETAP), a Câmara Municipal do Marco de Canaveses e a Escola Secundária de Marco de Canaveses, no âmbito do disposto no Decreto-Lei n.º 26/89 de 21 de Janeiro. Este contrato programa estabeleceu as normas de funcionamento, os objectivos, a estrutura orgânica, as formas de financiamento e a organização da instituição.

Na altura em que a escola foi criada a Região Tâmega e o Concelho de Marco de Canaveses eram zonas do País onde predominava o sector primário - embora a industria transformadora e a construção civil fossem também significativas -, com falta de mão-de-obra qualificada, alguma dela infantil, e com explorações ainda dominadas por uma perspectiva de auto-consumo. Careciam, assim, de um desenvolvimento consentâneo com os parâmetros da, à altura, Comunidade Europeia. Neste contexto surge a EPAMAC, inserida numa política geral de aposta na formação profissional, e com o objectivo de colmatar lacunas a esse nível, uma vez que os maiores obstáculos ao desenvolvimento económico-social de qualquer região estão sempre ligados a factores relacionados com a qualificação da mão-de-obra, e logo com a formação e informação dos agentes. Pretendia a escola **afirmar-se como entidade promotora do desenvolvimento rural integrado**, através da criação de cursos profissionais de qualidade, e era sua principal finalidade o **desenvolvimento e promoção da região através da preparação de profissionais** de agricultura a nível intermédio, receptivos às inovações tecnológicas nas áreas de produção agrícola, produção animal, silvo-pastorícia, produção florestal, gestão e contabilidade agrícola. É de salientar que a EPAMAC foi a primeira Escola Profissional Agrícola do Norte do País.

Durante o ano lectivo de 1989/90 uma comissão instaladora preparou o início das actividades da escola. No ano lectivo de 1990/91 esta iniciou a sua actividade de formação, regendo-se por um regulamento interno, elaborado de acordo com a legislação em vigor e com o constante no contrato-programa, e ministrando um curso da área agro-alimentar: Técnico de Gestão Agrícola.

No ano lectivo 1995/96, ou seja, alguns anos passados sobre o início da actividade da escola, e com o objectivo de responder a alterações socio-económicas do meio, criaram-se condições para o funcionamento de um outro curso, inédito em Portugal: Técnico de Gestão Cinegética.

ESCOLA PROFISSIONAL DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL DE MARCO DE CANAVESES

No ano lectivo 1999/2000, à luz do Decreto-Lei n.º 4/98, de 8 de Janeiro, a escola inicia um processo que irá terminar com a sua transição para o sistema público, através da publicação da Portaria nº 276/2000, de 22 de Maio. Assim, a escola transforma-se em instituição pública de ensino e, por consequência, altera-se o quadro legal pelo qual esta se rege. Todo o sistema organizacional da instituição tem que se adequar ao disposto no Decreto-Lei n.º 115-A/98, de 4 de Maio, e demais legislação aplicável, nomeadamente o Decreto-Lei n.º 4/98, de 8 de Janeiro.

No ano lectivo 2006/2007 a escola, numa aposta de resposta às dinâmicas do tecido económico-social, diversificação da sua oferta formativa e crescimento da comunidade escolar iniciou o curso Técnico de Turismo Ambiental e Rural. No ano lectivo 2008/2009 inicia o Curso de Educação e Formação em Jardinagem e Espaços Verdes (Tipo 3), alargando, assim, a sua oferta formativa, até aqui limitada ao Ensino Secundário.

Assim, e tendo por base esta oferta formativa, a EPAMAC tem vindo, ao longo dos anos, a propiciar a jovens da região formação profissional qualificante de nível III, contribuindo para o seu desenvolvimento pessoal e social e para a qualificação da mão-de-obra da região, através da sua entrada no tecido produtivo, bem como desenvolvido mecanismos de interligação com o tecido social e empresarial. Neste contexto, e pensando no futuro, a escola poderá criar novos cursos para diferentes níveis de formação, avaliadas as necessidades de formação da região e ouvidos os agentes económicos.

Os alunos formados pela escola, ao longo dos anos de actividade desta, ocupam lugares de relevo no tecido produtivo/empresarial local, nas respectivas áreas de formação, dando uma imagem muito positiva da instituição enquanto local de formação qualificante.

Para a boa consecução dos seus objectivos pedagógicos, a escola conta com 100 ha de exploração agrícola e florestal, onde se encontram vários edifícios de características arquitectónicas marcadamente rurais - seis casas de caseiro em granito, com eira, lagar e espigueiro tradicionais. Existe ainda um moinho de penas. Existe, ainda, vacaria, estufas, pomares, vinhas, culturas arvenses, oficina e parque de máquinas, viveiro de trutas – pioneiro ao nível do ensino profissional no país -, apiário, parques de criação de perdizes, parques de criação de Gamos, parque de criação de coelho bravo e Campo de Treino de Caça. Este conjunto de espaços e instalações, bem como os equipamentos neles presentes servem de apoio quer à prática pedagógica, quer à dimensão comercial da exploração, e destina-se ao funcionamento exclusivo da EPAMAC, segundo o protocolo de aquisição dos terrenos. Para o bom funcionamento destes espaços, e para a adequada articulação das actividades produtivas com as actividades pedagógicas é indispensável que Pessoal Docente e Pessoal Não Docente conheçam e

ESCOLA PROFISSIONAL DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL DE MARCO DE CANAVESES

organizem pormenorizadamente todas as iniciativas e tarefas. Neste contexto, a escola conta com um grupo de formadores e funcionários com ampla experiência e conhecimento da escola, que, pela sua identificação com o projecto da escola, asseguram o bom desenvolvimento das actividades formativas.

A Comunidade Escolar orienta todo o seu trabalho para a consecução da finalidade geral da escola, que sintetiza o espírito do seu projecto educativo, organizando iniciativas pedagógico-didacticas que implicam a participação da comunidade envolvente, visitas de estudo frequentes que complementem a formação técnica e geral ministrada, e contactos com os contextos de trabalho, na consciência de que os espaços e tempos educativos não se limitam ao espaço escolar e aos tempos lectivos, e sempre numa lógica inter e transdisciplinar que conduza à concretização de uma formação social, emocional, científica e técnica capaz de preparar o aluno para a cidadania esclarecida, para o mundo do trabalho, para o desempenho de tarefas complexas, e para o prosseguimento de estudos.

ESCOLA PROFISSIONAL DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL DE MARCO DE CANAVESES

2. CONTEXTUALIZAÇÃO DO PROJECTO

O projecto educativo da EPAMAC tem na sua base estruturante a realidade socio-económica regional (nomeadamente as características de Marco de Canaveses e concelhos limítrofes: Baião, Cinfães, Castelo de Paiva, Penafiel, Amarante e Lousada). É esta realidade que justifica o PEE e que orienta o seu desenho, atendendo a cinco dimensões fundamentais:

- A - Baixa escolarização e altas taxas de insucesso e abandono escolar na região do Baixo Tâmega e interflúvio Douro-Tâmega;
- B – Mão-de-obra desqualificada, necessidade de formação nas áreas propostas e pertinência dos cursos ministrados;
- C - Continuidade duma dinâmica de desenvolvimento integrado do mundo rural com impacto real;
- D - Existência de espaços privilegiados para a formação a ministrar;
- E – Experiência dos recursos humanos e credibilidade da instituição.

Assim, passamos a desenvolver, de forma breve, estas cinco dimensões que contextualizam o PEE, justificando-o.

A - Baixa escolarização e altas taxas de insucesso e abandono escolar na região do Baixo Tâmega e interflúvio Douro-Tâmega

A região do baixo Tâmega (concelhos de Amarante, Baião e Marco de Canaveses) tem uma população com baixíssimos níveis de instrução, acrescendo a este facto uma alta taxa de abandono escolar, após conclusão do 9º ano de escolaridade (alguns números recolhidos pela EPAMAC nas escolas básicas da região, em Setembro de 2001, apontam para taxas a rondar, em alguns casos, os 50%), e um número muito significativo de mão-de-obra infantil.

Neste contexto é **indispensável uma oferta formativa de nível III**, com capacidade de proporcionar aos jovens da região o prosseguimento de estudos de nível secundário através de uma formação profissional atractiva, única via **alternativa à entrada precoce de mão-de-obra desqualificada no mercado de trabalho** regional. É fundamental, ainda, que os jovens oriundos de **famílias carenciadas**, que nas suas zonas de residência não têm qualquer oferta de formação, tenham a possibilidade de usufruir de condições de transporte habitação (residência escolar) e

ESCOLA PROFISSIONAL DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL DE MARCO DE CANAVESES

alimentação numa escola profissional implantada na região. É de notar, ainda, que os alunos oriundos de um tecido socioeconómico como o do Baixo Tâmega (baixa escolarização e baixos rendimentos dos progenitores, altas taxas de abandono escolar – antes do 9º ano, pós conclusão do 9º ano, e 10º ano –, baixo nível de valorização da formação escolar) têm **mais possibilidades de sucesso educativo em Comunidades Escolares pequenas e inseridos numa formação com carácter profissionalizante**, e logo mais prático, onde se pode concretizar um **acompanhamento personalizado**, do que em Comunidades Escolares muito numerosas, onde este tipo de acompanhamento é impraticável.

B - Mão-de-obra desqualificada, necessidade de formação nas áreas propostas e pertinência dos cursos ministrados.

Face a uma análise atenta das características do meio é patente uma forte implantação da actividade agrícola no contexto económico e sócio-cultural das actividades regionais, bem como um crescimento permanente de estruturas de turismo ambiental e rural (com grandes perspectivas de forte implantação no território de acordo com o estudo recentemente produzido sob coordenação do Professor Daniel Bessa, por encomenda da Câmara Municipal de Marco de Canaveses). Esta implantação traduz-se na necessidade constante de formação de técnicos de nível intermédio nas áreas do **ambiente e recursos naturais** (floresta e fauna), **agricultura e actividades comerciais afins, turismo ambiental e rural, criação e manutenção de espaços verdes** (jardins, bosquetes, áreas envolventes às habitações de carácter rural, vinha, etc.), e **produtos tradicionais agrícolas** (mel, compotas e plantas aromáticas).

Estas actividades, de importância primordial no tecido socioeconómico da região (elevado número de explorações e empresas que comercializam produtos indispensáveis a esta área de actividade), necessitam, de forma a evoluir para níveis europeus, de mão-de-obra qualificada e jovens dinâmicos, capazes de empreender projectos inovadores. Agudiza-se esta necessidade uma vez que, nesta região, tipicamente agrícola e dominada por sistemas de exploração de terra com base no minifúndio tradicional, surgem agora, paralelamente, explorações de nível médio com necessidade absoluta de profissionais de nível intermédio. Na região a área florestal têm também importância significativa. Por outro lado, e no que diz respeito à área cinegética, impõem-se, face ao enquadramento legal da actividade, a necessidade do ordenamento cinegético, florestal e piscícola do território, bem como para a abordagem desta actividade, ligada ao agro-turismo, como dimensão importante para a economia nacional. Neste contexto, é fundamental a formação de técnicos que dominem competências que permitam o assumir autónomo dessa gestão e

ESCOLA PROFISSIONAL DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL DE MARCO DE CANAVESES

ordenamento, sendo simultaneamente resposta à crescente necessidade de mão-de-obra qualificada, nas áreas protegidas, no meio ambiente e na sensibilização ecológica.

C - Continuidade duma dinâmica de desenvolvimento integrado do mundo rural, com impacto real.

Através da organização de iniciativas formativas, ligadas à cultura e tradições do meio, que estimulam a participação da comunidade envolvente criando forte interacção entre as instituições locais e regionais, e aproximando os diferentes grupos sociais, têm-se perseguido os objectivos do projecto educativo da instituição. Assim, os programas de formação sucessivos que a escola tem operacionalizado têm sido veículo do próprio projecto educativo da EPAMAC. Neste contexto, é fundamental que está dinâmica tenha continuidade, quer pela **necessidade de se formarem jovens capazes de, autonomamente, serem catalizadores de desenvolvimento integrado dos meios rurais**, quer para não defraudar as expectativas geradas no meio pela forte dinâmica da escola e pela entrada no mercado de trabalho dos quadros já formados.

A escola relaciona-se, de forma privilegiada, com inúmeras instituições da região com quem tem protocolos, havendo participação activa destas e de inúmeras empresas nos eventos e nos Júris das Provas de Aptidão Profissional.

No contexto dos Programas Lieder II e Lieder + a escola candidatou-se, viu aprovados e concretizou os seguintes projectos:

- Criação em cativeiro de perdizes e faisões autóctones;
- Aproveitamento de recursos hídricos naturais para implementação de uma truticultura;
- Produção de mel de qualidade numa região de montanha;
- Vindima e pisa tradicional na Região Entre Douro e Tâmega;
- Animação cinegética no mundo rural – Eventos 99;
- Animação do mundo rural – Rosém 2005;
- Promoção, valorização e comercialização do vinho, no âmbito do II Ciclo dos Serões da Aldeia.

Estes projectos, em especial os que implicaram a instalação de infra-estruturas, representaram grande evolução da escola, uma vez que enriqueceram e diversificaram as instalações disponíveis para a prática pedagógica.

ESCOLA PROFISSIONAL DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL DE MARCO DE CANAVESES

D - Existência de espaços privilegiados para a formação ministrada.

A EPAMAC é, em si própria, **espaço privilegiado de formação profissional nas áreas em que tem trabalhado**, tendo potencialidades e valências a muitos outros níveis, nomeadamente no que concerne à possibilidade de, no futuro, continuar a diversificar a sua oferta formativa, mantendo, no entanto, a sua matriz de vocação agrícola e de desenvolvimento rural.

Um espaço físico com 100 ha distribuído por área florestal, área agrícola (hortofloricultura sob coberto e ao ar livre, fruticultura, culturas arvenses, viticultura), área de produção animal (Vacaria, apiário e truticultura – equipamento único no panorama das escolas profissionais a nível nacional), e área cinegética (sala de incubação, parque de criação de aves de caça e parque de voo de aves de caça, parque de criação de gamos, parque de criação de coelhos bravos, campo de treino de cães de caça – equipamento único no panorama das escolas profissionais a nível nacional), representa uma valência primordial e de vulto para o desenvolvimento de formação profissional nestas áreas de formação. Neste espaço físico existem vários edifícios de carácter marcadamente rural (antigas casas de quinta) com **enorme potencial para desenvolvimento de um projecto de turismo ambiental e rural**. Este facto é fundamental na medida em que estas condições permitem que toda a formação seja realizada no contacto permanente e directo com a realidade da exploração e actividades inerentes (ex. problemas diários relativos às actividades em causa e sua resolução pelos formadores e outros técnicos).

E - Experiência dos recursos humanos e credibilidade da instituição.

Por último, há que salientar que, ao longo de 18 anos de formação, a escola desenvolveu e formou um conjunto muito significativo de **recursos humanos qualificados**, tendo **experiência acumulada nas áreas de formação a que se dedica**. Este dinamismo tem sido inúmeras vezes catalizador das infra-estruturas existentes, construídas de forma a cumprirem papel de relevo na actividade pedagógica. Esta experiência significativa de formação, e o conhecimento profundo do contexto onde se desenvolve a formação (escola, concelho, região - ao nível social, cultural, empresarial e comercial), permite a todos levar a cabo a melhor articulação e coordenação de actividades e iniciativas. A exploração e os recursos humanos existentes têm operacionalizado os sucessivos programas de formação com sucesso e credibilidade, sendo inúmeros os jovens que passaram pela escola e que hoje têm as suas explorações, os que estão a trabalhar na área de formação, e os que prosseguiram estudos no ensino superior na área de formação. Além disso existe actualmente, fruto desta história de interacção com o meio, uma ligação muito forte com as

ESCOLA PROFISSIONAL DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL DE MARCO DE CANAVESES

instituições regionais, que já vai além da própria formação escolar, passando pela organização e participação noutros eventos com impacto socioeconómico relevante no que concerne ao desenvolvimento regional, e que representam uma mais valia para a formação dos alunos.

2.1. ALGUNS DADOS PERTINENTES SOBRE O CONTEXTO SOCIO-ECONÓMICO REGIONAL

a) Abandono escolar, taxas de sucesso e níveis de escolarização

A zona do Tâmega tem a maior taxa de abandono escolar do País. Os dados constam de um estudo realizado pelo Departamento de Avaliação, Prospectiva e Planeamento do Ministério da Educação (DAPP), tendo por base os censos 2001. (...) Nas zonas do Tâmega e do Minho esta realidade tem a ver com a entrada precoce (e desqualificada) no mercado de trabalho (...).

In www.educare.pt

Na região do Tâmega praticamente um em cada dez alunos entre os 10 e os 15 anos abandona a escola sem concluir o ensino obrigatório (9ºano). (...) Também no Tâmega, 74 por cento dos jovens entre os 18 e os 24 anos não têm o secundário nem se encontram a frequentar a escola.

Vários concelhos da região Tâmega, por exemplo, aparecem constantemente nos piores lugares das listas elaboradas pelo Ministério da Educação, quer em termos de abandono escolar, saída antecipada, ou saída precoce do sistema de ensino.

In www.publico.pt

Os valores mais dramáticos (de saída antecipada da escola) registam-se na região Norte, em particular na zona Tâmega, onde metade dos indivíduos dos 18 aos 24 anos não completou o 3ºciclo do ensino básico nem se encontrava a frequentar a escola.

In www.tsf.pt

Os problemas de escolarização da região são, de forma permanente, amplamente anunciados e discutidos. Urge, neste grave contexto, reforçar o investimento em formação profissional de nível II e III e reforçar os mecanismos de orientação vocacional.

ESCOLA PROFISSIONAL DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL DE MARCO DE CANAVESES

Não podemos deixar de fazer notar que muitos jovens da região, não obtendo sucesso no ensino regular, ou não pretendendo frequentá-lo, entram no mercado de trabalho como mão-de-obra desqualifica, devido à inexistência de oferta de formação profissional adequada e atractiva.

É indispensável compreender que “o Douro-Tâmega apresenta uma estrutura de emprego débil, baseada numa mão-de-obra com baixo nível de habilitações e pouco qualificada. Fruto das disfuncionalidades do sistema escolar, e à semelhança do que ocorre noutras zonas do país, o Interflúvio sofre do estigma do abandono prematuro do sistema escolar (resultado da falta de motivação provocada pelo insucesso escolar, pelas baixas condições económicas das famílias, mas, sobretudo, pela **desvalorização da educação e da qualificação profissional quer pelas famílias, quer pelas empresas**). Os jovens vêm-se, assim, lançados no mercado de trabalho sem qualquer qualificação profissional ou sem terem sido alvo de quaisquer acções que facilitassem a sua transição para a vida activa.

Após a conclusão dos três primeiros ciclos de ensino, apenas uma pequena parte inicia o ensino secundário, uma vez que grande parte dos estudantes entram no mercado de trabalho.

Com a maior parte das escolas de ensino secundário nas sedes dos concelhos, o que dificulta a progressão dos estudos dos jovens oriundos de zonas rurais, **as escolas profissionais surgem como alternativa**. Salienta-se, no entanto, a inexistência de qualquer estrutura deste tipo em todo o concelho de Baião e Resende, bem como nas freguesias de Penafiel situadas na zona de intervenção.

Fruto do abandono prematuro do sistema educativo e da baixa qualificação profissional, a esmagadora maioria dos desempregados tem como habilitações o 1º ciclo (cerca de 75% dos desempregados).”

In Território e População – Programa Leader + : Plano de desenvolvimento local, Dólmén – Cooperativa de Formação, Educação e Desenvolvimento do Baixo Tâmega, CRL

Neste contexto, consideramos a região como zona de intervenção prioritária ao nível do investimento em educação e formação profissional.

b) Actividades económicas

A Região do Baixo Tâmega conta com um elevado número de empresas e explorações quer da área agrícola (e suas áreas afins, nomeadamente no que diz respeito à comercialização de produtos relacionados com a agricultura, à floresta, à pecuária, à apicultura, etc.), quer do agro-

ESCOLA PROFISSIONAL DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL DE MARCO DE CANAVESES

turismo e turismo ambiental e rural (a região tem aí as suas potencialidades claramente sub-aproveitadas), sendo importantes também as potencialidades dos modos de produção tradicionais.

A agricultura continua a representar uma importante e significativa área de actividade, sendo que têm aumentado crescentemente as empresas ligadas ao sector, nomeadamente de vitivinicultura, horticultura e floricultura. O turismo, nesta região muito ligado à actividade agrícola, ao mundo rural e à natureza, emerge cada vez mais como uma actividade económica de relevo, tornando-se visível, por exemplo, através de iniciativas como a Rota dos Vinhos do Marco, e de infraestruturas como Hotéis, Termas, um sem número de Casas e Quintas de Turismo Rural, e o Parque Fluvial do Tâmega. Esta realidade traz novas linhas de orientação para o desenvolvimento regional, apoiadas nestas duas actividades económicas, e exige a correspondente formação de mão-de-obra qualificada, de nível médio.

ESCOLA PROFISSIONAL DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL DE MARCO DE CANAVESES

3. PROJECTO EDUCATIVO DE ESCOLA

3.1. Objectivos Gerais

A Escola Profissional de Agricultura e Desenvolvimento Rural de Marco de Canaveses (EPAMAC) situa-se no centro de uma região tipicamente agrícola. Neste contexto, a escola tem visado ser local de cultura, de cidadania e de desenvolvimento integral da pessoa humana, bem como pólo dinâmico de desenvolvimento local e regional. Através de um Projecto Educativo contextualizado, tem assumido a diferença, afirmando-se através da construção de uma autonomia cultural, pedagógica e administrativa.

Constituem objectivos gerais do projecto educativo da EPAMAC:

- a) Garantir o direito à educação, através de ofertas profissionalmente qualificantes, alternativas às ofertas formativas das escolas do ensino “regular”, com forte incidência nas suas componentes técnica, tecnológica e prática;
- b) Formar jovens nos domínios das actividades agropecuária, agro-alimentares, cinegética, silvícola, jardinagem, turismo ambiental e rural, procurando colmatar, assim, uma falha no sistema produtivo regional, ao nível da falta de técnicos intermédios;
- c) Colocar-se ao serviço da comunidade local e regional promovendo a auto-formação sustentada e a construção de um *eu* mais culto, mais apto, mais social, mais criativo, mais crítico, aberto à inovação e à mudança.
- d) Interagir com os alunos, as famílias, as empresas e instituições locais e regionais e com os diferentes grupos sociais.
- e) Mobilizar a comunidade em torno dos objectivos propostos atendendo aos seus desejos e aspirações, respeitando o seu passado e história, as suas raízes, tradições culturais e organização social.
- f) Organizar eventos e práticas diversas, actividades de formação e de lazer capazes de seduzir o colectivo humano e de romper com práticas rotineiras de estagnação, sem certezas absolutas e com elevada capacidade de autocritica que permita, sempre que se justifique, uma redefinição dos objectivos e estratégias projectados.
- g) Organizar planos ou sistemas curtos de formação dirigidos a toda a comunidade, com o objectivo de reciclar conhecimentos, técnicas, mão-de-obra e processos ultrapassados.

ESCOLA PROFISSIONAL DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL DE MARCO DE CANAVESES

- h) Avaliar o seu desempenho organizacional através da adopção de metodologias adequadas à realidade da instituição e do desenho de instrumentos próprios para o efeito, procurando, assim, melhorar os níveis de qualidade do serviço prestado à Comunidade local e regional.

3.2. Estratégias

Para a consecução destes objectivos gerais definiram-se um conjunto de estratégias que configuram a própria cultura da escola, dando sentido à sua acção educativa. Passa-se à identificação e exploração dessas estratégias por dimensão de funcionamento:

Quanto à estruturação e desenvolvimento das actividades pedagógicas:

1. **Operacionalização de um desenvolvimento curricular e de uma cultura organizacional flexível e adaptável** que respeite e reforce o carácter profissionalizante da formação ministrada (criação de condições para experiências de aprendizagem diferentes e enriquecedoras, porque mais contextualizadas e integradas), e que, simultaneamente, garanta o cumprimento rigoroso dos planos curriculares num contexto de economia de tempo e esforço para todos os intervenientes no processo de ensino-aprendizagem (mecanismos flexíveis de troca, permuta e/ou substituição);
2. **Implementação de práticas pedagógicas** coerentes com o Modelo Curricular e a *Estrutura Modular*, nomeadamente uma forte aposta no ensino personalizado /individualizado, na Aprendizagem Dirigida, no Trabalho de Projecto, no Aprender Fazendo, na Aprendizagem pela Descoberta, etc., que constituem um conjunto de ferramentas pedagógico-didácticas, que, usadas racionalmente e com critério, têm produzido experiências pedagógicas inovadoras e geradoras de sucesso educativo e profissional;
3. **Promoção de iniciativas e actividades** que visam estimular a participação de toda a comunidade local e regional, bem como fazer crescer e fortalecer os laços com as empresas e instituições (protocolos, visitas de estudo, realização da FCT, realização das PAP e dos seus Júris de Avaliação, integração de redes locais e regionais, etc);
4. **Organização**, pelos grupos de formandos, **de actividades e projectos** que, com adequada coordenação dos formadores e directores de curso, estimulam e motivam uma participação activa e uma co-responsabilização solidária (por exemplo, Vindima

ESCOLA PROFISSIONAL DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL DE MARCO DE CANAVESES

Tradicional, Desfolhada, Largada de Caça, Prova de Queijos e Vinhos, Prova de BTT, Gincana de Tractores, Triall Todo-o-Terreno, Torneio de Tiro aos Pratos, Comemoração do Dia Mundial da Floresta/Ambiente e outras efemérides, Palestras, Exposições, Jornadas de Maio, jornal escolar *Folha Verde*, etc.);

5. **Utilização sistemática da exploração da escola** e das instalações e equipamentos nela presentes **como recurso educativo**;
6. **Desenvolvimento de visitas de estudo** a feiras e empresas do sector, e outros locais de interesse no contexto da formação ministrada, de valor fundamental aos níveis sociocultural, científico, técnico, tecnológico e prático;

Estas cinco estratégias centram-se na motivação dos elementos da comunidade escolar e local/regional para a participação, visando sempre estimular o cruzamento de responsabilidades, de conhecimentos, de valores e atitudes, de forma a fomentar uma dinâmica de interacção positiva e culturalmente enriquecedora.

Definiram-se, ainda, estratégias que passam pelo apoio personalizado e permanente aos alunos, de forma a evitar o insucesso, ou, no caso de ele se verificar, apoiar a sua recuperação tão imediatamente quanto possível.

7. **Estruturação de um espaço** que permite aos alunos, dispendo do apoio permanente dos professores, ter acesso a computadores e Internet, bem como fazer estudo livre e **estudo acompanhado, recuperação de horas e recuperação de módulos**;

Quanto à FCT e PAP:

8. A FCT realiza-se durante os três anos dos cursos tomando, preferencialmente, as formas de trabalho semanal na exploração, ao longo do primeiro ano; semanas de trabalho em explorações da área de formação, ao longo do segundo ano; e estágio, eventualmente ligado ao desenvolvimento da Prova de Aptidão Profissional, ao longo do terceiro ano. Preside uma lógica de gradual e pedagógica aproximação ao posto de trabalho. A Formação em Contexto de Trabalho é desenvolvida em empresas/instituições privadas ou públicas com capacidade bastante para possibilitar a execução e compreensão de tarefas técnicas diversificadas, em contextos reais de

ESCOLA PROFISSIONAL DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL DE MARCO DE CANAVESES

trabalho, ou na exploração agrícola da escola. A sua organização é da responsabilidade dos coordenadores da FCT, em articulação com os directores de curso e com a direcção pedagógica;

9. A PAP deve ser um reflexo da formação oferecida pela escola e, simultaneamente, um contributo para o enriquecimento sociocultural, científico e técnico do formando, bem como do património agrícola, cinagético e /ou turístico da escola e da região;

Quanto ao acompanhamento dos diplomados:

10. **Estruturação de uma base de dados sobre o percurso dos diplomados** pela EPAMAC, actualizado anualmente por inquérito telefónico. É de notar que a escola mantém uma estreita ligação com todos os formandos após a sua saída da instituição, participando estes, com muita regularidade, nos eventos organizados. Alguns dos diplomados que entretanto criaram as suas próprias explorações ou terminaram a sua formação superior têm colaborado com a escola como formadores, ou em actividades específicas como seminários, colóquios, visitas de estudo, FCT, PAP's, etc. Neste momento diplomados por esta escola trabalham nas mais diversas instituições do sector de actividade em que se formaram. Universidade de Trás-Os-Montes e Alto Douro (Pessoal Docente), Quinta da Aveleda (SOGRAPE), Prosa (Centro de Recolha de Produtos Agrícolas da SONAE), Caves Borges, Adegas Cooperativas, Cooperativas Agrícolas, Ministério da Agricultura, Empresas de horticultura e floricultura, unidades de produção de leite, encontram-se entre as que têm ao seu serviço, ou no caso de algumas das empresas como seus proprietários e responsáveis técnicos. Por exemplo, na Prova de Vinhos da Rota dos Vinhos do Marco de 2008 estiveram presentes, em representações de marcas de vinho do concelho, 6 ex-alunos (Diplomados), 5 como enólogos e 1 como adegueiro, sendo os dois primeiros vinhos ganhadores feitos por dois deles;
11. **Divulgação de ofertas de emprego.** Ao longo do ano lectivo a escola recebe ofertas de emprego, contacta os diplomados, acompanha-os no processo de selecção, e após a sua entrada para as empresas continua a proceder a contactos regulares de forma a perceber como se processa a sua integração no mercado de trabalho, e até que ponto a formação recebida corresponde às reais necessidades de desempenho no posto de trabalho;

ESCOLA PROFISSIONAL DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL DE
MARCO DE CANAVESES

Quanto ao desenvolvimento profissional do pessoal docente:

12. **Desenho anual de uma proposta de plano de formação do pessoal docente** a apresentar ao Centro de Formação da Área de Marco de Canaveses e Cinfães) e ao Centro de Formação de Professores da APEPA;
13. **Estruturação do processo de ADD numa lógica de desenvolvimento profissional e qualificação sucessiva do desempenho;**

Quanto à contratação de pessoal docente:

14. **Estabelecimento de critérios específicos de selecção de pessoal docente** (nos casos em que há lugar a contratação de escola) que privilegiam a experiência pedagógica em cursos profissionais, a continuidade pedagógica (o que é fundamental numa escola que anualmente vê alterado 50% do seu corpo docente, ou mais), a disponibilidade e flexibilidade horária, e a capacidade para organização de actividades e projectos;

Quanto ao pessoal não docente:

15. **Desenho anual de uma proposta de plano de formação do pessoal não docente**, a apresentar ao Centro de Formação da Área de Marco de Canaveses e Cinfães), de acordo com as respectivas áreas de desempenho;
16. **Estruturação do processo de avaliação (SIADAP) numa lógica de desenvolvimento profissional e qualificação progressiva do desempenho;**

Quanto à divulgação/publicitação:

17. Implementação de **estratégia que dê grande e permanente visibilidade à escola**, suas actividades, cursos e alunos, através da presença permanente dos órgãos de comunicação nas actividades, da publicitação de tudo quanto se passe na escola junto destes, bem como da presença da escola em todas as actividades de relevo ao nível regional;

ESCOLA PROFISSIONAL DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL DE
MARCO DE CANAVESES

18. **Recepção de grupos de alunos de todos os níveis de ensino em visitas guiadas à escola**, durante as quais os alunos visitantes, de acordo com o seu nível etário, são postos a par das actividades a desenvolver nas disciplinas da área técnica, tecnológica e prática;
19. **Participação sistemática em actividades de orientação vocacional** promovidas por outras escolas ou instituições (feiras, encontros, palestras, etc);

3.3. Potencialidades e Limitações

POTENCIALIDADES	LIMITAÇÕES
Grande proximidade e interacção com o meio	Instalações escolares exíguas (projecto de ampliação em transito na DREN desde 2004) Necessidade de: - Mais salas de aula - Um novo laboratório escolar - Um polivalente desportivo
Relações privilegiadas com a comunidade local e instituições locais e regionais	Isolamento – inexistência de transportes públicos e distância ao centro da cidade
Grande número de ex-alunos (diplomados) a trabalhar nas grandes explorações/empresas locais e regionais	Grande variação anual do corpo docente (face ao modelo pedagógico próprio cria dificuldades acrescidas a cada novo ano lectivo)
Dimensão adequada ao tipo de formação e publicos	Exiguidade de pessoal não docente
Problemas disciplinares residuais	
Exploração agro-pecuária polivalente e de área considerável, e com dimensão empresarial	
Existência de equipamento e instalações técnicas específicas para a actividade agro-pecuária/formação prática	
Qualidade ambiental e paisagística	
Núcleos preservados de arquitectura tradicional	

18

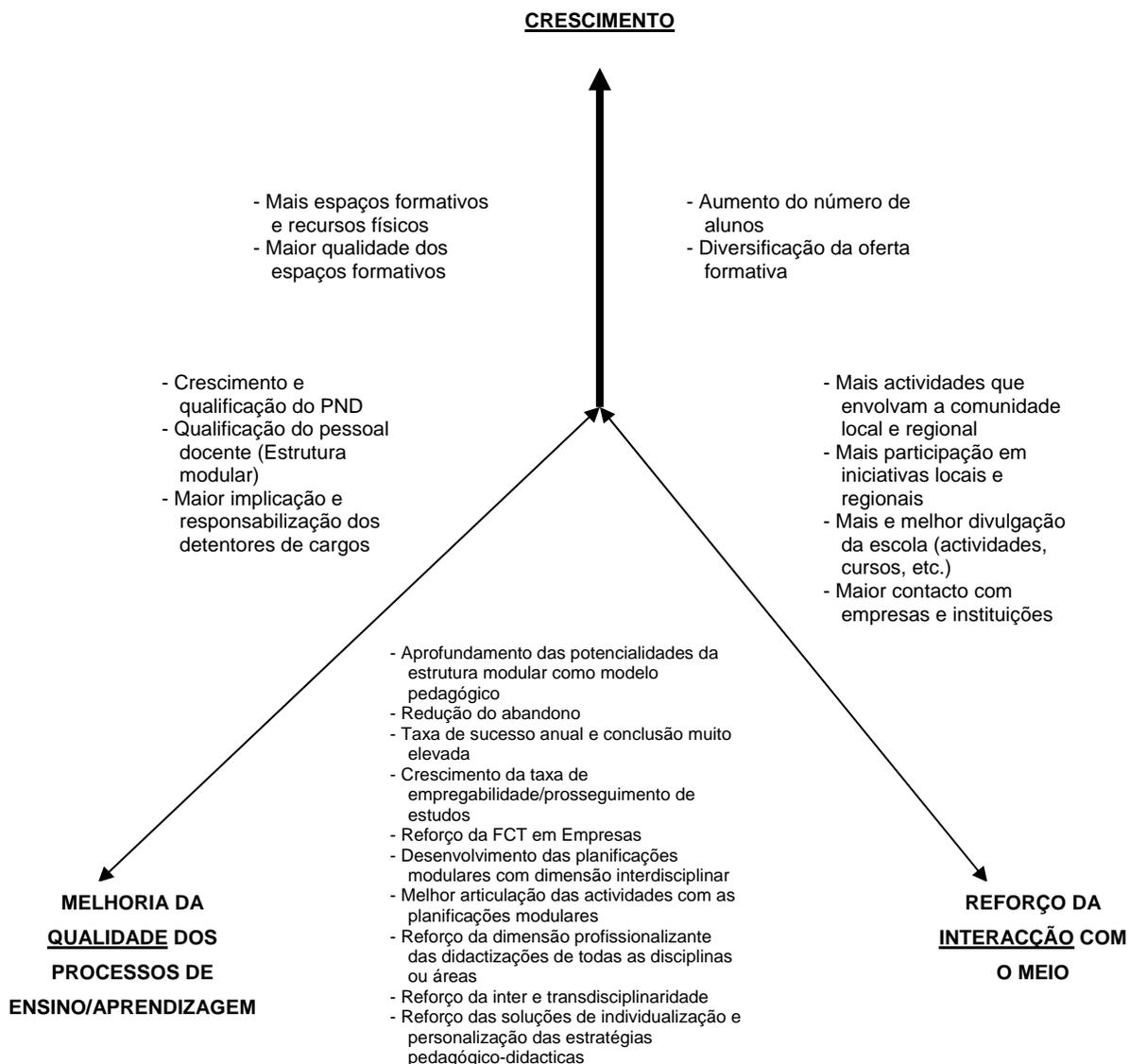
ESCOLA PROFISSIONAL DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL DE
MARCO DE CANAVESES

com interesse turístico	
Espaço de biodiversidade e contacto de natureza	
Forte orientação e experiência para projectos de desenvolvimento rural (local e regional) – Leader II, Leader+, Proder, Forestis, etc.	

ESCOLA PROFISSIONAL DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL DE MARCO DE CANAVESES

3.4. Linhas orientadoras do PEE

Face aos objectivos gerais acima elencados, bem como às estratégias definidas para a sua concretização, e atendendo às potencialidades e limitações identificadas, definem-se algumas linhas estruturantes para o PEE:



ESCOLA PROFISSIONAL DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL DE MARCO DE CANAVESES

3.5. Objectivos específicos, metas e desenho de planos de melhoria

Em função das linhas gerais definidas, elencam-se agora os objectivos específicos definidos e esboçam-se alguns planos de melhoria:

a) Objectivos específicos

1. Fomentar hábitos de cidadania que conduzam todos os elementos da comunidade educativa a uma maior intervenção e responsabilização no que diz respeito à vida escolar;
2. Aumentar o grau de satisfação de todos os elementos da comunidade educativa, criando um espírito de equipa e de implicação com o projecto educativo, através de um mais eficiente uso dos canais de comunicação;
3. Reforçar a aposta na intervenção junto da comunidade envolvente, nomeadamente através das actividades escolares que promovam o contacto com o meio, em particular com o tecido empresarial;
4. Melhorar o funcionamento da organização através da procura permanente de boas práticas de outras instituições e sua aplicação com as adequadas adaptações;
5. Melhorar a qualidade dos espaços exteriores promovendo os níveis de limpeza e embelezamento, valorizando a escola como espaço rural e ambiental;
6. Aumentar o número de alunos da escola através da criação de um novo curso profissional, melhorando o rácio N^o total de trabalhadores (PD, PND)/Alunos;
7. Melhorar as condições gerais (cantina, residências escolares, espaços sociais, formação, etc) oferecidas aos alunos, de forma a, nomeadamente:
 - diminuir a taxa de abandono;
 - aumentar a taxa de sucesso escolar;
 - aumentar a taxa de conclusão;
 - aumentar a taxa de empregabilidade;
 - aumentar a procura da Escola.
8. Melhorar as condições da exploração de forma a qualificar a formação técnica ministrada;
9. Aumentar os cuidados relativos à higiene, saúde e segurança no trabalho, na utilização dos equipamentos, máquinas e ferramentas de forma a:
 - aumentar a segurança e higiene e prevenir riscos;

ESCOLA PROFISSIONAL DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL DE MARCO DE CANAVESES

- aumentar as acções preventivas para melhorar as performances das máquinas e equipamentos evitando avarias desnecessárias e respectivos custos;
- 10. Aumentar as produções da escola (quantidade e qualidade) potenciando a utilização humanos e físicos existentes;
- 11. Aumentar a frequência de acções de formação nas diversas áreas de actividade de forma a melhorar as práticas e o desempenho de PD e PND, para melhorar a produtividade;
- 12. Integrar a ADD na cultura da escola, assumindo-se o seu papel de catalizadora da qualidade dos processos de ensino-aprendizagem;
- 13. Diminuir os custos de funcionamento relativamente ao consumo de água, electricidade, papel, consumíveis diversos (Tinteiros, etc...).

b) Metas

Definem-se as seguintes metas quantitativas por turma/ano:

1. Abandono escolar*

- ao nível do abandono escolar a escola propõe-se não ultrapassar uma taxa de 10%.

NOTAS:

- a) Conceito de abandono escolar* - Por abandono escolar entende-se a situação de um aluno que tendo iniciado a frequência de um curso na escola, a abandone, não prosseguindo estudos noutro qualquer estabelecimento de ensino, ingressando no mercado de trabalho ou ficando em casa sem qualquer actividade.
- b) Para a análise desta meta quantitativa é indispensável ter em consideração que a escola é um espaço com características físicas e de funcionamento muito distintas das escolas ditas do “ensino regular”, o que, muito pontualmente, cria reacções de resistência por parte de alguns alunos.

2. Taxa de conclusão

- relativamente aos cursos profissionais a escola propõe-se diplomar - em 3 anos mais 4 meses - 85% dos alunos que atinjam o 3º ano de cada curso profissional*;

ESCOLA PROFISSIONAL DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL DE MARCO DE CANAVESES

– a escola propõe-se que 90% dos alunos que frequentem um CEF o conclua e que 70% destes ingressem num curso profissional;

*Para os alunos que não concluírem, será elaborado pelo director de curso, em articulação com o aluno e encarregado de educação, um plano de conclusão do curso, a decorrer nos meses posteriores ao fim do curso, que deverá conduzir a uma taxa de conclusão que tenda para os 100%.

3. Taxa de Sucesso

- A escola propõe-se que, no final de cada ano lectivo, 80% dos alunos tenham 3 ou menos módulos em atraso (1ºs e 2ºs anos dos cursos profissionais);
- A escola propõe-se que, para alunos que ultrapassem esse valor, seja construído, pelo conselho de turma, um plano de recuperação a operacionalizar nos seis meses seguintes à verificação da situação, de forma à sua resolução, em articulação com os mecanismos próprios de estudo acompanhado, recuperação de horas e recuperações modulares;

c) Desenho de planos de melhoria (exemplos a desenvolver)

Crescimento e qualificação dos espaços formativos

- Pólo 2
- Projecto DREN 2004
- Residências Escolares
- Projectos Dólmén (recuperação de espaços e/ou edifícios)

Melhoria da qualidade dos processos de ensino-aprendizagem

- Maior articulação entre disciplinas na organização de actividades/projectos
- Realização de um trabalho mais profundo de articulação curricular no contexto dos departamentos curriculares
- Formação do pessoal docente e não docente

**ESCOLA PROFISSIONAL DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL DE
MARCO DE CANAVESES**

Reforço da interacção com o meio

- Crescimento do número de empresas/explorações/unidades de turismo que colaboram com a escola
- Reforço dos mecanismos de empregabilidade

Prevenção do abandono

- Dinamização da semana de acolhimento aos novos alunos com dois ou três dias sem alunos do 2º e 3º anos

ESCOLA PROFISSIONAL DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL DE MARCO DE CANAVESES

4. Mecanismos de auto-avaliação, regulação e qualidade

4.1. Avaliação interna bienal

Dado a reduzida dimensão da comunidade educativa, e o pequeno núcleo estável de pessoal docente, entende-se que só se podem reunir condições para a realização de uma avaliação interna bienalmente.

Nesse contexto, entende-se que, após a eleição do Director deverá ser realizada uma avaliação interna no fim do segundo ano de mandato deste. Para proceder à sua realização deverá ser constituída uma comissão de autoavaliação, e deverá ser definido um regulamento para o seu funcionamento e prazos para a sua consecução. Entende-se igualmente que a avaliação interna deverá recorrer a instrumentos inovadores, flexíveis e de simples aplicação em detrimento de processos demorados e de peso burocrático excessivo para a dimensão da comunidade educativa.

Embora esta seja uma avaliação interna, não se exclui a possibilidade de, através de protocolos e/ou acordos se integrar no processo personalidades que, pela sua experiência possam colaborar, orientar, criticar, sugerir, de forma à construção de soluções integradas e à melhoria do desempenho da instituição.

Não se exclui, igualmente, a possibilidade de se efectuar uma avaliação externa, sempre que para o efeito se reunirem as condições indispensáveis – possibilidade logística/financeira para que a IGE ou outras instituições idóneas procedam à implementação do processo.

4.2. Acompanhamento anual (regulação)

Entende-se que num contexto escolar desta dimensão, devem existir instrumentos de avaliação permanentes e flexíveis que ultrapassem – ou seja, que vão mais além e mais depressa –, a lógica formal de uma avaliação interna, com tudo o que ela implica de burocracia e peso institucional, e que possibilitem a correcção imediata de insuficiências. Assim, anualmente, sob coordenação do Conselho Executivo, e envolvendo o Conselho Pedagógico e o Conselho Geral, será realizada uma reflexão sobre os resultados obtidos pela escola, nomeadamente ao nível dos seguintes indicadores:

- a) Resultados das reuniões de avaliação do 3º período;
- b) Taxas de conclusão;

**ESCOLA PROFISSIONAL DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL DE
MARCO DE CANAVESES**

- c) Alunos empregados nas áreas de formação (em empresas de outrem ou através da criação da própria empresa);
- d) Reforço das relações com o meio (instituições e empresas);
- e) Diversificação da oferta formativa;
- f) Crescimento do número de alunos;
- g) Melhoria das condições físicas da escola e dos equipamentos;
- h) Identificação de situações de abandono e seu estudo;
- i) Identificação de problemas e propostas de resolução;
- j) Desenvolvimento do processo de ADD – constrangimentos e soluções;
- k) Grau de satisfação dos encarregados de educação.

Face aos resultados obtidos definem-se acções a implementar, numa tentativa de melhoria gradual e sustentada das práticas e dos resultados. Este mecanismo flexível de regulação da escola deverá resultar num relatório anual.